



O GOVERNO DA IGREJA E O SISTEMA PRESBITERIANO

Por Presb. José Roberto da Silva Costanza

1. No Antigo Testamento

Nome de um tipo de oficial que, em virtude de seu cargo, segundo se pensa, era o segundo na hierarquia tribal judaica. Muitas vezes, os anciãos eram os próprios chefes de tribo ou de um número grande de famílias. Em geral somente os homens de idade madura (c. 30-35 anos) chegavam a esta posição e, por isso mesmo, eram chamados de anciãos. O ancião, seja como cargo ou como ofício, existiu antes mesmo, ao que tudo indica, ao próprio registro histórico das Sagradas Escrituras. Segundo os padrões judaicos era uma investidura divina, não se tratando de uma escolha própria, mas de uma situação criada por circunstâncias promovidas por Deus. Por isso, era uma posição de dignidade, revestida de autoridade, cercada de respeito e obediência. A palavra do ancião era a palavra da calma e da prudência, da fé e da autoridade, na administração do patrimônio comum e no culto a Deus.

Os anciãos do povo ou os anciãos de Israel são frequentemente associados a Moisés quando este lidava com o povo (Ex 4.29 *“Então, se foram Moisés e Arão e ajuntaram todos os anciãos dos filhos de Israel”*). Posteriormente administram o governo local (Js 20.4 *“E, fugindo para alguma dessas cidades, por-se-á à porta dela e exporá o seu caso perante os ouvidos dos anciãos da tal cidade; então, o tomarão consigo na cidade e lhe darão lugar, para que habite com eles”*.) e participam dos negócios da nação, mesmo depois da instituição da monarquia (2 Sm 5.3 *“Assim, pois, todos os anciãos de Israel vieram ter com o rei, em Hebrom; e o rei Davi fez com eles aliança em Hebrom, perante o SENHOR. Ungiram Davi rei sobre Israel”*). Galgam nova proeminência durante o exílio (Jr 29.1 *“São estas as palavras da carta que Jeremias, o profeta, enviou de Jerusalém ao resto dos anciãos do cativo, como também aos sacerdotes, aos profetas e a todo o povo que Nabucodonosor havia deportado de Jerusalém para a Babilônia”*) e depois da volta do exílio, estão associados tanto ao governador nas suas funções quanto à administração local (Ed 6.7 *“Não interrompais a obra desta Casa de Deus, para que o governador dos judeus e os seus anciãos reedifiquem a Casa de Deus no seu lugar”*). Em si mesmos têm certas funções jurídicas e associam-se aos juizes, que provavelmente são escolhidos dentre os anciãos (ou presbíteros), para administração e execução da justiça (Dt 25.7 *“Porém, se o homem não quiser tomar sua cunhada, subirá esta à porta, aos anciãos, e dirá: Meu cunhado recusa suscitar a seu irmão nome em Israel; não quer exercer para comigo a obrigação de cunhado”*). Além disso, estão associados a Moisés e Arão na transmissão da palavra de Deus ao povo e na representação do povo diante de Deus nas ocasiões grandiosas (Ex 19.7 *“Veio Moisés, chamou os anciãos do povo e expôs diante deles todas estas palavras que o SENHOR lhe havia ordenado”*). Cuidam dos preparativos para a Páscoa (Ex 12.21 *“Chamou, pois, Moisés todos os anciãos de Israel e lhes disse: Escolhei, e tomai cordeiros segundo as vossas famílias, e imolai a Páscoa”*).

Outras nações tinham anciãos (Nm 22.7 *“Então, foram-se os anciãos dos moabitas e os anciãos dos midianitas, levando consigo o preço dos encantamentos; e chegaram a Balaão e lhe referiram as palavras de Balaque”*). O direito ao

título estava ligado à idade, o respeito de que o indivíduo gozava, ou o cargo específico ocupado na comunidade (cf. o alderman saxônico – de onde se derivou a palavra Elder, presbítero em inglês, o senador romano, a gerousia grega). Como já dito, o ancião em Israel obtinha inicialmente, sem dúvida, sua autoridade e seu status, bem como seu nome, da sua idade e da sua experiência.

No período dos macabeus,¹ o título anciãos de Israel é aplicado aos membros do Sinédrio judaico que, segundo se considerava, tinha sido estabelecido por Moisés quando nomeou os setenta anciãos em Nm 11.16 *“Disse o SENHOR a Moisés: Ajunta-me setenta homens dos anciãos de Israel, que sabes serem anciãos e superintendentes do povo; e os traráis perante a tenda da congregação, para que assistam ali contigo”*.

As sinagogas dos judeus eram normalmente governadas por um concílio de anciãos, sob a presidência de um diretor da sinagoga, cujo ofício talvez fosse transmitido em rodízio; e o povo judeu inteiro estava sujeito ao Sinédrio, composto de setenta e um membros, no que tange às questões religiosas.

2. No Novo Testamento

O Novo Testamento é a área de especialização do ofício do presbiterado. É aqui que ele se afirma e se define com maior clareza. Com o advento de Jesus Cristo, a igreja configurou-se separada do estado judaico, e foi extinto o sacerdócio hereditário, tomando a liderança espiritual a figura do ancião que, no momento em que a igreja assumiu seu caráter universal, passou a ser chamado mais especificamente de presbítero. Este, na liderança da congregação dos fiéis, transpõe o véu e institui uma nova disciplina para a vida religiosa e uma nova forma de culto. Ele conduziu a transição da sinagoga para a igreja, pois muitos dos presbíteros haviam sido anciãos das sinagogas a que anteriormente pertenciam. A antiga corte local da sinagoga foi transformada em consistório. Como o Senhor Jesus não cuidou de estabelecer um sistema de governo específico para sua igreja, os novos ajuntamentos cristãos foram moldados segundo os padrões judaicos da sinagoga.

Em função do fim da casta sacerdotal, onde não havia mais lugar para o levita, qualquer servo de Deus poderia ocupar os cargos por eles exercidos. Considerou-se, pelo menos inicialmente, que não haveria um grupo específico de sacerdotes, pois todos eram sacerdotes, e sacerdotes reais, pois serviam ao único e verdadeiro rei e sumo sacerdote, Jesus Cristo (1 Pe 2.9 *“Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz”*).

Com o passar do tempo, houve uma natural aproximação dos ofícios de pastor, profeta e mestre. A igreja consolida-se como um edifício, do qual Jesus é a pedra angular. O apóstolo, que normalmente havia convivido com Jesus ou recebido instrução diretamente de quem convivera com ele, é o grande missionário que leva a mensagem da salvação até os confins da terra; o profeta o é responsável pela edificação, exortação e consolação dos crentes, através, sobretudo, da pregação da Palavra (cf. 1 Co 14.3).

Com a organização de igrejas locais, especialmente as plantadas pelos apóstolos, surgiu a necessidade de algum que assumisse a chefia ou direção dos trabalhos. Esse diretor era normalmente escolhido pelo voto da congregação. Contudo, a sua função era ministrar para ela e não por ela, pois cada crente estava consciente de seu próprio sacerdócio. A exemplo da sinagoga, de onde havia saído, os congregados adotaram um critério de qualificação obediente a diversas normas, prevalecendo a regra geral de preferir-se um ancião para dirigir. A congregação cresceu e tornou-se necessário aumentar o número de anciãos. Assim, escolhem-se mais presbíteros, que formam uma espécie de

¹ Makkabaios era a forma grega do sobrenome do herói judeu Judas ben Matatias: sua aplicação foi estendida tanto à sua família como ao seu partido.

grupo dirigente, onde todos cooperam com os demais. Estava assim formado que o mais tarde viria a ser o Conselho da Igreja. Contudo, de um modo geral, não havia uma direção organizada para as igrejas do Novo Testamento. Com o passar do tempo, alguns desses presbíteros se revelaram serem mais aptos para este ou aquele cargo, em especial a função de liderança, que era normalmente atribuída aos mais experientes, dedicados e santificados. É possível que, nesse momento do processo, tenha surgido uma derivação da função presbiteral, que passou a ser conhecida como diaconia e assumiu uma feição própria com o passar do tempo.

Os anciãos ou presbíteros (presbyteroi) aparecem já no início da vida da igreja e assumem posição juntamente com os apóstolos, profetas e mestres. No nível local, uma comunidade de 120 (cf. At 1.15 *“Naqueles dias, levantou-se Pedro no meio dos irmãos (ora, compunha-se a assembléia de umas cento e vinte pessoas) e disse:”*) ou mais, podia nomear sete anciãos (Mishna, Sanhedrin 1.6). Estes eram chamados os “sete de uma cidade”, e é possível que os sete que foram nomeados em Atos 6 fossem considerados anciãos desse tipo (cf. Daube, *The NT and Rabbinic Judaism*, 237). Nos evangelhos, os anciãos estão associados com os escribas e com os sacerdotes principais que fizeram padecer Cristo e os apóstolos (Mt 27.1 *“Ao romper o dia, todos os principais sacerdotes e os anciãos do povo entraram em conselho contra Jesus, para o matarem; At 6.12 “Sublevaram o povo, os anciãos e os escribas e, investindo, o arrebatarem, levando-o ao Sinédrio”*). Há estudiosos que consideram que o nome ancião representava a dignidade do ofício e presbítero os deveres a ele inerentes.

No ano 44 de nossa era já havia anciãos na igreja de Jerusalém, onde eles estão associados a Tiago no governo da igreja local da maneira usada na sinagoga (At 21.18 *“No dia seguinte, Paulo foi conosco encontrar-se com Tiago, e todos os presbíteros se reuniram”*.), mas em associação aos apóstolos compartilham, também, do governo mais amplo, tipo Sinédrio, da Igreja inteira (At 16.4 *“Ao passar pelas cidades, entregavam aos irmãos, para que as observassem, as decisões tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém”*). Um apóstolo pode ser um presbítero (1 Pe 5.1 *“Rogo, pois, aos presbíteros que há entre vós, eu, presbítero como eles, e testemunha dos sofrimentos de Cristo, e ainda co-participante da glória que há de ser revelada”*).

Os presbíteros não aparecem em Antioquia durante a estada de Paulo, nem são mencionados nas primeiras epístolas dele. É possível que o governo eclesiástico fosse questão de importância secundária naquele período. Mesmo assim, Paulo e Barnabé, em sua primeira viagem missionária, promoveram a eleição de presbíteros em todas as igrejas que fundaram (At 14.23 *“E, promovendo-lhes, em cada igreja, a eleição de presbíteros, depois de orar com jejuns, os encomendaram ao Senhor em quem haviam crido”*).

Os presbíteros aos quais Paulo dirigiu a palavra em Éfeso e aqueles aos quais 1 Pedro e Tito falam, têm um lugar decisivo na vida da Igreja. Além da sua função de humilde supervisão pastoral, deles depende, em grande medida, a estabilidade e a pureza do rebanho quando as tentações e crises se aproximam. Ocupam uma posição de autoridade e privilégio que não pode ser abusada. São co-participantes do ministério de Cristo entre o rebanho (At 20. 17,18^a,28 *“De Mileto, mandou a Éfeso chamar os presbíteros da igreja. E, quando se encontraram com ele, disse-lhes: Atendei por vós e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue.”*).

Como o texto bíblico claramente indica, nas igrejas gentias, o nome *episkopos* é usado como substituto de *presbyteros*, com significado idêntico. Parece que as palavras são intercambiáveis em Tt 1.5,7 *“Por esta causa, te deixei em Creta, para que pusesse em ordem as coisas restantes, bem como, em cada cidade, constituíesses presbíteros, conforme te prescrevi: .. Porque é indispensável que o bispo seja irrepreensível como despenseiro de Deus, não arrogante, não irascível, não dado ao vinho, nem violento, nem cobiçoso de torpe ganância”*; Mas, embora todos os

epyscopoi sejam indubitavelmente *presbyteroi*, não fica claro se o inverso sempre se aplica. A palavra *presbyteros* indica principalmente o status de ancião, ao passo que *episkopos* denota a função de pelos menos alguns dos anciãos. Mas é possível que tenha havido presbíteros que não eram *episkopoi*.

Em 1 Tm 5.17, o ensino é considerado uma função desejável do presbítero, e não somente da supervisão, conforme o texto bíblico: *“Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino”*. É provável que, quando os apóstolos, mestres e profetas, em suas viagens, já não podiam ministrar a toda a igreja, a função do ensino e da pregação recaísse sobre os presbíteros locais e, assim, desenvolver-se-ia o cargo de presbítero, e as qualificações dos presbíteros. Isso, por sua vez pode ter levado a uma distinção dentro do presbiterado. A presidência do grupo local de presbíteros, tanto na disciplina da congregação, quanto na celebração da Ceia do Senhor, tenderia a ser um cargo permanente, exercido por um só homem.

O presbítero em 2 e 3 João refere-se meramente a alguém que gozava de alta estima dentro da igreja. Os vinte e quatro anciãos que com tanta freqüência aparecem nas visões do livro de Apocalipse são exemplos de como toda a autoridade deve adorar humildemente a Deus e ao Cordeiro (Ap 19.4 *“Os vinte e quatro anciãos e os quatro seres viventes prostraram-se e adoraram a Deus, que se acha sentado no trono, dizendo: Amém! Aleluia!”*). Deve-se notar que até mesmo esses *presbyteroi*, segundo parece, ministram no céu à igreja na terra (Ap. 5.8 *“e, quando tomou o livro, os quatro seres viventes e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles uma harpa e taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos”*).

O ofício de presbítero ou ancião na igreja cristã correspondia a igual cargo entre os judeus e revestido de igual autoridade. Os anciãos associavam-se com os apóstolos no governo da igreja. Eram eles os bispos ou vigilantes das igrejas locais, tendo a seu cargo o cuidado espiritual da congregação, a sua direção e instrução, participando ao mesmo tempo dos atos oficiais de ordenação. Não consta que houvesse divisão de trabalho entre eles. A capacidade para instruir era uma das qualificações essenciais para exercer o ofício de presbítero.

3. Na Igreja Antiga

Os cristãos que permaneceram em Sião, após o Pentecostes, constituíam a Igreja de Jerusalém, a igreja-mãe do cristianismo. Os primeiros líderes da igreja foram os apóstolos sob a liderança de Pedro e João (At. caps.3-5). Tiago, irmão de Jesus, por eleição dos anciãos ou presbíteros, foi o líder dessa igreja até c.62, quando foi executado. Há registros de que a autoridade da igreja permaneceu com os familiares do Mestre durante longo tempo, mesmo após a transferência da igreja para Pela (c.66 AD).

O grupo de cristãos de Jerusalém era constituído basicamente por judeus. Havia um sentimento de que Jesus era o Messias esperado e que nele se cumpriram as promessas do Antigo Testamento referentes a um Profeta Libertador de Israel, semelhante a Moisés (cf. Dt 18. 15-22). A Igreja de Jerusalém não se considerava à parte da religião judaica, continuando, inclusive, a freqüentar o Templo. Era mais um partido, como o dos saduceus e fariseus, que uma nova religião. Esse zelo pelos valores essencialmente judaicos fez com que, inicialmente, a pregação do Evangelho ficasse praticamente restrita a Israel.

Com a conversão de Paulo, e através da instrumentalidade missionária dos apóstolos e discípulos liderados por Pedro, o evangelho passou a ser levado aos gentios. Em c.49 AD, Paulo e Barnabé reuniram-se com os chefes da Igreja de Jerusalém, para participar do primeiro concílio da Igreja. Se os membros da igreja-mãe tivessem se recusado a reconhecer a conversão dos gentios, o trabalho de Paulo e Barnabé teria sido em vão.

Cristo não organizou estruturalmente sua igreja e tampouco deixou um corpo de doutrinas definido. Os apóstolos, que eram presbíteros, enquanto viveram, representavam a maior autoridade na igreja cristã como um todo, independente de local. Sua ação missionária entre os gentios, plantando, visitando e fortalecendo igrejas, constituía uma viva voz que refletia a autoridade recebida diretamente de Jesus e à qual poder-se-ia apelar em caso de necessidade. Mas, uma vez todos mortos, passou a existir um vácuo de poder que precisava ser preenchido. Essa preocupação consta de diversos documentos produzidos, a partir de meados do século II, com o tema: qual é a autoridade da hierarquia ministerial?

As congregações apostólicas (até c.100 AD) eram normalmente lideradas por presbíteros ou bispos e assistidas por diáconos. A esses oficiais cabia a pregação, a administração do batismo e da eucaristia, e a distribuição de ajuda aos pobres. Em cada cidade, o presidente, ou o mais antigo membro do colégio de presbíteros que presidia uma igreja local, tinha, naturalmente, autoridade e deveres especiais; por exemplo: correspondência com outras igrejas; representação em assembléias ou concílios para tratar de aspectos comuns ligados à doutrina e à vida administrativa da igreja; e, ainda, participação na organização de novas igrejas. O presbítero ou bispo presidente era um símbolo da catolicidade da igreja de Cristo, ou seja, de sua universalidade e unidade.

A partir do século II começou a haver distinção entre bispos e presbíteros. Nas igrejas em que havia um colégio ou conselho de presbíteros, o bispo presidente, que normalmente era eleito por seus pares, passou a ser chamado de bispo. Por outro lado, como o crescimento do número de igrejas em uma determinada área geográfica ou distrito romano, também chamado de Diocese, o presbítero presidente da primeira igreja passou também a ser chamado exclusivamente de bispo.

Ora, à época, a Igreja sofria dois tipos de ameaças: uma interna, provocada por doutrinas não condizentes com o Evangelho, das quais a principal era o gnosticismo. E outra, de natureza externa, a perseguição romana. Para fazer face a esses desafios a igreja necessitava de uma liderança firme, com autoridade. Os primeiros escritores cristãos, genericamente chamados de *Pais Apostólicos*, a partir do final do século I, procuraram demonstrar que sem autoridade não poderia haver igreja, e essa autoridade deveria repousar sobre o bispo.

A partir do século III, a antiga noção de que a igreja era uma sociedade constituída de um povo santo foi dando lugar ao conceito de que ela era, na realidade, um conjunto de fracos pecadores, que dependia dos bispos e presbíteros para alcançar a salvação. A despeito de protestos, especialmente por parte da dissidência liderada pelo bispo Novaciano de Roma (c. 200-c.258), o consenso final foi de que os bispos e presbíteros, pela ordenação, estavam investidos, assim como Pedro (cf. Mt 16.18-19), do poder para ligar e desligar, excomungar e absolver.

Os bispos eram eleitos por suas congregações – i.e., pelos clérigos e leigos reunidos conjuntamente em assembléia. Mas a participação dos leigos no processo de eleição dos bispos decresceu de valor na medida em que o tamanho e importância das dioceses aumentava, com o acréscimo de novas igrejas. O metropolitano e outros bispos provinciais logo se tornaram tão importantes quanto à congregação como um todo.

No final do terceiro século, o bispo de uma capital provincial, chamado de metropolitano, passou a exercer autoridade sobre seus colegas, sendo, a partir do século IV, intitulado de arcebispo. Ele era o responsável pela ordenação e consagração dos bispos de sua área de jurisdição. As dioceses de Roma, Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Constantinopla tornaram-se patriarcados. O título papa (pai) foi durante 600 anos um termo afetivo aplicado a qualquer bispo, denotando uma relação paternal entre o pastor e suas ovelhas. Somente a partir do século VI, os bispos de Roma passaram a ser especialmente chamados de papa; e, já no século IX, era quase que exclusivamente aplicado a eles.

Em suma, o governo da igreja estava a cargo dos bispos, como demonstra Inácio de Antioquia, em sua carta aos Efésios, escrita no início do século II, que assim se expressou: “Segue daí que vos convém avançar junto, de acordo com o pensamento do bispo, como aliás fazeis. Pois vosso presbitério digno de tão boa reputação, digno que é de Deus,

sintoniza com o bispo como cordas com a cítara. ... O bispo é o único foco de unidade sem o qual a autoridade não é sacramental e, portanto, não há igreja”.

Durante toda a idade média essa situação permaneceu inalterada, com a única exceção do bispo de Roma, que passou a prevalecer sobre os demais, passando a chefe espiritual da Igreja, o vigário ou substituto de Cristo.

4. O Governo na Igreja de Genebra

Com a Reforma Protestante do século XVI, o governo dos bispos foi questionado, especialmente pela chamada Igreja Reformada ou calvinista. Os reformados primitivos eram os calvinistas do continente, em especial os residentes na Alemanha, França e Holanda. Sendo Calvino o maior líder e teólogo do movimento, ele foi o principal articulador das concepções doutrinárias e da forma de governo, que vieram caracterizar as igrejas reformadas ou presbiterianas.

Calvino encontrou nas Escrituras 4 ofícios, que formam a base de governo incorporada nas *Ordenanças Eclesiásticas*:

- 1) **Pastor;** 2) **Mestre;** 3) **Presbítero;** e 4) **Diácono.**

Ele cria que os ofícios de profeta, apóstolo e evangelista eram temporários e cessaram no final da era apostólica. Dentre os ofícios que permaneceram, o de pastor é o mais honroso e o mais necessário para a ordem e o bem-estar da igreja. Depois da aceitação de doutrinas puras, a nomeação de pastores é a coisa mais importante para a edificação espiritual da igreja.

Para ser escolhido, o aspirante deve preparar-se e depois ser comissionado publicamente segundo a ordem prescrita pela igreja. Em Genebra, esse processo incluía a companhia de pastores, o conselho municipal e a igreja. A ordenação é um rito solene de instalação no ofício pastoral.

As funções dos pastores são:

- 1) **Ensino** - Os pastores devem ter um profundo conhecimento das Escrituras para que possam instruir corretamente as suas igrejas;
- 2) **Pregação** - Sua pregação deve revelar conhecimento e habilidade para ensinar. A pregação visa à edificação da igreja e deve ser prática e perspicaz; e
- 3) **Governo e Disciplina** - A função disciplinar do pastor requer que a sua própria conduta esteja acima da qualquer suspeita.

Calvino rejeitou o conceito anabatista de que a igreja devia isolar-se da sociedade e cultura circundantes. A relação entre a igreja e o mundo inclui tanto tensão como interação. O seu entendimento do governo de Deus e da soberania de Cristo sobre toda a criação, e não somente sobre a igreja, levou-o a defender a participação na sociedade.

O governo de Cristo deve manifestar-se idealmente através de governantes piedosos e de magistrados inseridos no corpo da Igreja, os anciãos ou presbíteros regentes, que deveriam manter a ordem cívica e a uniformidade religiosa. Todavia, a igreja e o estado têm esferas separadas e autônomas de atuação. Os cristãos devem obedecer até mesmo os governantes que oprimem a igreja, orando por seu bem-estar, porque foram instruídos por Deus.

Dentre os discípulos de Calvino, destaca-se o escocês João Knox, que levou o calvinismo para as ilhas britânicas. Knox, levando em conta as especificidades locais e conjunturais, foi o principal responsável pela implantação em seu país de um Sistema Conciliar de Governo, sob a responsabilidade comum de ministros (ou presbíteros docentes) e presbíteros regentes. Tendo por instrumento regulador o Livro de Disciplina, na Igreja da Escócia, as igrejas locais

passaram a ficar subordinadas a concílios superiores, os Presbitérios. Por circunstâncias diversas, o presbiterianismo brasileiro teve origem na Escócia, via Irlanda e Estados Unidos.

Houve, na Igreja da Escócia, desde o início, distinção entre presbíteros regentes e docentes. Juntamente com o ministro ou pastor, com o doutor ou mestre, e com o diácono, a igreja definiu que o ofício do presbítero regente era espiritual e eclesial e, como prescrito nas Escrituras, sendo permanente, conforme atestam os seguintes textos: 1 Tm 5.17 *“Devem ser considerados merecedores de dobrados honorários os presbíteros que presidem bem, com especialidade os que se afadigam na palavra e no ensino”*; Rm 12.8 *“ou o que exorta faça-o com dedicação; o que contribui, com liberalidade; o que preside, com diligência; quem exerce misericórdia, com alegria”*; e 1 Co 12.28 *“A uns estabeleceu Deus na igreja, primeiramente, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres; depois, operadores de milagres; depois, dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas”*. Assim, os presbíteros regentes, junto com o ministro, e algumas vezes com o doutor, compartilham a responsabilidade coletiva de governar a igreja, e todos, conjuntamente, exercem o presbiterado. No nível paroquial existe o Conselho da Igreja e, de modo mais amplo, o Presbitério e o Sínodo, e, em nível nacional, a Assembléia Geral.

Os presbíteros regentes, como estabelecido nos livros de disciplina e em uma variedade de escritos subseqüentes, tinham como tarefa principal o reunir-se em assembléias com os pastores e doutores para o governo e para o exercício da disciplina. Isto significava ser pastor daqueles que estavam sob seu cuidado.

Desde o início, os presbíteros, participavam conjuntamente com ministros e doutores da Assembléia Geral e tomavam parte integral no exercício conjunto de governo sobre a igreja, embora houvesse aqueles que pensavam que os presbíteros regentes não estavam qualificados para julgar sobre questões doutrinárias.

Enquanto a composição dos conselhos das igrejas geralmente incluía uma representação a mais ampla possível dentre os segmentos representativos da comunidade, onde as pessoas eram escolhidas mais sob a ótica das qualificações espirituais do que das qualificações seculares; todavia, aqueles mandados para o Presbitério e, particularmente, para a Assembléia Geral eram mais qualificados secularmente.

No início do século XVII, os presbíteros regentes se tornaram parte integral na vida da igreja, e a estrutura básica de governo nas igrejas locais permaneceu centrada no Conselho da Igreja, através do qual ministro e presbíteros regentes, conjuntamente, governavam a igreja.

A Partir de 1603, estando a Escócia e Inglaterra unidas como um único Estado, o Reino Unido, surgiu um movimento que tomou o nome de puritanismo, caracterizado pelo zelo bíblico, defesa da pureza evangélica no culto e simplicidade nas vestes clericais. O principal objetivo do grupo era retirar do Livro de Oração Comum, em essência um Manual Litúrgico, resquícios inadequados da igreja católica romana, chamados de papismos.

A partir de 1640, os puritanos se tornaram maioria no Parlamento Inglês e resolveram convocar o Sínodo da Igreja da Inglaterra para se reunir na Abadia de Westminster, em meio a uma Guerra Civil, onde as partes litigantes eram o referido Parlamento e a Coroa Inglesa. A principal atribuição do Sínodo, conhecido como Assembléia de Westminster, era a de redigir um novo Diretório de Culto e de Governo para a Igreja Anglicana, devendo, também aperfeiçoar a doutrina da igreja. Para a realização dessa tarefa, foram convocadas 151 pessoas, sendo 30 parlamentares e 121 pastores.

A Assembléia, que teve início em julho de 1643, era constituída, em sua maioria, por pessoas favoráveis ao governo conciliar em diversos níveis, a partir da igreja local, com a participação de docentes e regentes.

A Forma de Governo Eclesial, embora tenha sido concluída em 1644, só foi aprovada pelo Parlamento em 29 de agosto de 1648. A Assembléia instituiu o governo presbiteriano em lugar do episcopal, com seus bispos e arcebispos. A Igreja da Escócia adotou os padrões de Westminster e permaneceu fiel ao sistema presbiteriano de governo.

Além das Ilhas Britânicas, as igrejas reformadas do Continente Europeu e dos Estados Unidos em especial adotaram o sistema de governo presbiteriano com algumas especificidades locais.

5. O Presbiterianismo

O termo presbiteriano é derivado do grego *presbyteros*, e o governo da igreja por presbíteros é característico das igrejas presbiterianas e reformadas. Existem dois tipos de presbíteros: os docentes e os regentes, respectivamente, pastores e não pastores. Esses oficiais passam necessariamente por um processo eletivo nas igrejas locais em que pastoreiam ou congregam.

O governo da igreja presbiteriana é comumente chamado de “sistema misto” de democracia e elementos hierárquicos, porque o poder é balanceado entre representantes dos dois ofícios de presbítero e entre congregações e os corpos de governo maiores da igreja. Embora a estrutura de governo da igreja presbiteriana varie, usualmente consiste de um sistema conciliar ascendente. Cada congregação é governada por um conselho, composto pelo pastor e por presbíteros regentes, que são eleitos representantes da congregação. A congregação faz parte do presbitério, ou classe, que coordena e governa as atividades das congregações dentro de uma determinada área geográfica. São membros de um presbitério todos os pastores e os presbíteros representantes de cada uma congregação.

O poder para ordenar ministros repousa com o Presbitério, em contraste com a forma episcopal de governo da Igreja, na qual isto é feito por um bispo, e com o governo da igreja congregacional, onde a congregação retém o poder para a ordenação. Em um sentido amplo, o presbitério serve como um bispado comunal, exercendo tanto responsabilidades pastorais como de disciplina para suas igrejas.

Os presbitérios pertencem aos sínodos, que são as maiores unidades geográficas da igreja. A Assembléia Geral, ou Sínodo Geral, chamada no Brasil de Supremo Concílio, governa toda a Igreja. Em todos os níveis de concílio, a igreja é governada por seus presbíteros – pastores e regentes, eleitos como representantes do povo

Os presbiterianos crêem firmemente no sacerdócio de todos os fiéis, ou seja, todos os crentes são iguais em sua dignidade e direitos. Não existe distinção entre clero e leigos: todo crente é um ministro de Deus. Os ofícios instituídos na igreja (pastor, presbítero, diácono) visam apenas dar maior ordem e estabilidade ao trabalho e suprir necessidades nas áreas de liderança, assistência espiritual e beneficência.

O sistema presbiteriano é democrático e representativo. Todos os membros comungantes da igreja têm o direito e o dever de envolver-se nas atividades e decisões da comunidade, participando das assembleias, elegendo oficiais, contribuindo para o sustento da igreja e seus programas, servindo em diferentes áreas conforme os dons e capacidades de cada um. O conceito do pacto tem muitas implicações para a vida familiar e eclesial.

A tradição reformada também dá grande valor à participação do crente na comunidade mais ampla, a sociedade. Calvino, a partir das suas convicções teológicas e da sua experiência em Genebra, insistiu que o cristão deve viver responsabilmente no mundo, como cidadão, como profissional e em outras capacidades. Deus é o senhor de todas as coisas; portanto, todas as esferas da vida devem refletir os valores do seu reino.

6 . Presbítero ou Ancião do Povo?

De um modo geral, os presbiterianos têm permanecido divididos quanto às justificativas e natureza do ofício de presbítero. Alguns asseguram que existe um único ofício de presbítero, com todas as atribuições de governo, mas somente alguns são aptos para pregar ou ensinar. Outros defendem que há dois ou três ofícios mais ou menos distintos, com o pastor (e mestre) exercendo uma ordem distinta de ministério. Embora seja um assunto que tenha gerado algum tipo de tensão desde o início da Reforma, o debate sobre o assunto se tornou particularmente crítico no século XIX, com considerável concentração de tensões, nos Estados Unidos.

Há os que mantêm a postura de considerar o ofício como único, sendo esta a posição da maioria dos presbiterianos americanos. Por outro lado, tomando uma posição não muito distante daquela dos episcopais, outros

advogam que o presbítero regente é simplesmente um leigo e um representante do povo, virtualmente negando o embasamento no Novo Testamento para o ofício de presbítero regente.

Aqueles que acreditam que o ministro e o presbítero pertencem a ofícios inteiramente separados ou que negam que os presbíteros regentes fazem parte de um ofício eclesiástico, de um modo geral tendem a favor da distinção clero/leigos, enquanto que os que entendem haver um único ofício de presbítero ou superintendente, com alguns particularmente chamados para pregar e ensinar, repudiam tal distinção. Estes afirmam que estão errados os teólogos, normalmente ministros, que abreviam ou trocam o nome do ofício. Alguns, de modo reprovável, e outros, por ignorância, os chamam de presbíteros leigos. Mas, para os adeptos do ofício único, a distinção entre clérigos e leigos é papista e anticristã.

A distinção entre clérigos e leigos parece ser a principal tendência entre os ministros presbiterianos, sendo a postura dos regentes normalmente passiva. Em face dessa dicotomia, uns tentam justificar a divisão verdadeiramente real entre o ministro e o presbítero regente pelo reconhecimento que, embora não exista qualquer distinção na Escritura, as demandas da idade moderna tornam necessário que alguns sejam particularmente treinados de modo a serem capazes de ensinar adequadamente. Assim a distinção entre o ministro treinado e o presbítero regente, não necessitada nos tempos apostólicos, é agora tanto benéfica como necessária. Conquanto não haja um consenso real sobre qual seria a forma mais adequada de ver a questão, talvez uma maioria apóie esta posição.

Em anos recentes, alguns têm argüido que o presbítero está muito mais próximo do diaconato do Novo Testamento, sendo a distribuição dos elementos da Ceia, que é um serviço, exemplo claro desta identificação. A argumentação é, em alguns casos, feita por motivos claramente de ordem ecumênica – para demonstrar que a igreja possui duas ordens de um ministério tríplice, carecendo apenas do episcopado. Este argumento ignora a função de governo por parte de presbíteros, como defendida por teólogos reformados e como praticada nas igrejas reformadas desde a Reforma.

Na Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil há evidências de que seus formuladores foram influenciados por uma das correntes citadas relativas ao ofício presbiteral.

Com a palavra: A Igreja.

Presb. José Roberto da Silva Costanza

*O autor é Presbítero da Igreja Presbiteriana do Brasil desde 1987. Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval, em 1992. Mestre em Teologia pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, em 2002. Professor do Seminário desde 1999, lecionando atualmente História da Igreja e História da IPB. Coordenador do Departamento de Teologia Histórica. Para falar com o autor, envie um email para: jrcostanza@hotmail.com



Endereço: Rua Joaquina Rosa, 199 - Méier - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 20.710-080 - Brasil
E-mail: secretaria@seminariosimonton.com | Site: www.seminariosimonton.com
Telefone: (21) 2201 6734 | Fax: (21) 2581 6958